

O OUTRO DA LIBERDADE: ENTRE O MITO DO BRASIL CORDIAL E O MEDO DO DESPOTISMO AFRICANO

The Other of Freedom: Between the Myth of a Cordial Brazil and the Fear of African Despotism

Camila Sena da Luz ^a

 <https://orcid.org/0009-0008-7971-6023>

E-mail: senaluzc@gmail.com

^a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Cachoeira, BA, Brasil.



Brito, L. C. (2023). *O Averso da Raça: escravidão, racismo e abolicionismo entre Estados Unidos e o Brasil*. Bazar do Tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Raça; Transnacionalidade; Brasil - EUA.

KEYWORDS: Race; Transnationality; Brazil - USA.

Como Brasil e Estados Unidos se viam no século XIX? É essa questão que orienta o trabalho de Luciana da Cruz Brito, numa proposta que se afasta das comparações estruturais tradicionais para investigar as representações cruzadas entre os dois maiores países escravistas das Américas. O diferencial da obra reside numa proposta que inverte a lógica comparativa tradicional. Em vez de simplesmente equiparar sistemas escravistas, Brito investiga como brasileiros e estadunidenses se representavam mutuamente no século XIX e como essas representações desenhavam suas próprias identidades raciais.

O Averso da Raça é ao mesmo tempo um grande farol e um soco no rosto. A obra nos entrega uma pesquisa robusta, como também nos obriga a olhar para a cara do Brasil e dos Estados Unidos, e perguntar: quem nos ensinou a ser assim? A trajetória do livro inicia-se em 2004, quando Luciana da Cruz Brito, então graduanda, realizou estudos na *Howard University*. Esta experiência internacional proporcionou o acesso a fontes documentais que se tornaram fundamentais para sua tese de doutorado, defendida em 2014 na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Maria Helena P. T. Machado.¹ Ainda que publicada em 2023, a obra mantém extrema relevância quando considerada à luz do atual contexto brasileiro e estadunidense, marcado pela persistência das desigualdades raciais, pela reatualização de discursos de violência e pela disputa em torno da memória, da cidadania e da democracia

A obra propõe uma análise transnacional das construções discursivas sobre raça, escravidão e liberdade no século XIX. Através de uma metodologia inovadora, Brito examina os complexos fluxos de ideias entre Brasil e Estados Unidos, revelando como esses dois países utilizaram-se mutuamente como referências comparativas - ora para legitimar seus projetos políticos e raciais, ora para criticar o modelo do outro, especialmente durante os processos abolicionistas e no período pós-emancipação. Além de mostrar que na verdade ambos os países são “primos” no crime da opressão racial, a tese central da obra sustenta que as narrativas sobre raça e nacionalidade nos dois países não emergiram isoladamente, mas através de um diálogo constante e mutuamente constitutivo, desafiando assim as interpretações tradicionais que tratam essas experiências de forma compartimentada.

¹ É importante sinalizarmos que Luciana Brito também realizou um período sanduíche durante o doutorado na *New York University* (NYU), sob a supervisão da historiadora Barbara Weinstein. Pesquisadora da transnacionalidade, que já realizou estudos sobre protagonismo de elites regionais e trabalhadores em dinâmicas comerciais no Brasil.

Com uma estrutura cuidadosamente planejada, dividida em quatro capítulos, além de uma introdução robusta e considerações finais que sintetizam os achados da pesquisa, o livro se sustenta sobre um corpus documental que impressiona por sua diversidade e riqueza, abrangendo textos jornalísticos, autobiográficos, discursos abolicionistas e correspondências de imigrantes confederados. Essa variedade de fontes permitiu à autora captar múltiplas perspectivas e vozes, conferindo densidade e nuance à análise.

No primeiro capítulo, Brito examina a formação do discurso racial foi instrumentalizado para sustentar o regime escravocrata e a hierarquia racial nos Estados Unidos, com particular atenção à *Escola Americana de Etnologia*, entre as décadas de 1830 e 1860. Escola liderada por figuras como Samuel George Morton, Josiah Nott, George Gliddon e Louis Agassiz, defensores do poligenismo, ou seja, a crença de que as diferentes raças humanas tinham origens distintas e qualidades inatas fixas, essa tese serviu como instrumento de legitimação da escravidão. O Brasil aparece nesse debate como um exemplo problemático de miscigenação racial² e foi utilizado enquanto modelo negativo para reforçar a necessidade da segregação racial.

Além disso, Brito analisa ainda como esse discurso racial foi refutado por abolicionistas negros estadunidenses, como Frederick Douglass, James McCune Smith, David Walker e Martin Delany. Esses intelectuais e ativistas contestaram a autoridade do racismo científico e construíram alternativas epistemológicas e políticas para afirmar a dignidade, a inteligência e a humanidade das populações negras.

Em consonância ao primeiro capítulo, no segundo capítulo Luciana Brito se volta à maneira como abolicionistas negros dos Estados Unidos olharam para o Brasil durante o século XIX, aqui vemos uma visão negra, crítica e estratégica sobre o país. A autora investiga como a imprensa afro-estadunidense, líderes políticos e intelectuais negros se apropriaram da imagem do Brasil, por vezes ambígua, para argumentar em favor da liberdade e da cidadania plena para a população negra.

Brito destaca que os abolicionistas afro-estadunidenses não viam o Brasil apenas como o “último bastião da escravidão no atlântico”, para além disso, o país era observado com curiosidade e até “admiração”, pois existia ali uma significativa população negra livre, urbana e inserida nas estruturas sociais do país. Para mais, a autora explora como alguns jornais como o *The North Star* (de Frederick Douglass) e o *The Colored American*

² Ver: Brito, L. C. (maio/ago. 2016) O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*, 36(72): 95-120. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pxVhvBvDnJ3ZM8vG6zjVvZN/?lang=pt>.



publicaram reportagens, análises e ensaios sobre o Brasil. E como essas publicações destacavam que o Brasil, mesmo com a escravidão em vigor, oferecia mais possibilidades de mobilidade social aos negros livres do que os Estados Unidos.

Eles utilizavam o caso brasileiro de forma estratégica, ainda que frequentemente ancorados em representações idealizadas da realidade social. Trajetórias excepcionais de mobilidade social, como a de Teodoro Sampaio,³ eram mobilizadas como evidência de que a suposta inferioridade racial não constituía um dado natural, mas uma construção ideológica produzida no interior do racismo científico. Contudo, é fundamental reconhecer que tal percurso não expressava a regra, mas a exceção dentro de um sistema estruturalmente excludente, marcado por profundas desigualdades raciais, e que os abolicionistas muitas vezes trabalhavam com uma visão romantizada do Brasil. A autora ainda argumenta que a leitura afro-estadunidense sobre o Brasil fazia parte de um movimento maior: o de construção de uma identidade negra transnacional, que buscava referências na África, no Caribe e na América Latina. O Brasil entrava nesse circuito como exemplo divergente, mas útil, para combater as ideias de inferioridade racial.

Ao entramos no terceiro capítulo, Brito contextualiza como a Guerra Civil é um marco não só político, mas epistemológico, no qual a questão da raça se tornou central nas disputas por legitimidade e cidadania. A autora mostra como a ciência racial foi mobilizada para justificar a escravidão. Além de investigar como formou-se um imaginário sobre o Brasil pelos intelectuais estadunidenses no contexto pós-Guerra Civil.

O capítulo se concentra no modo como os Estados Unidos, recém-saído de um conflito interno marcado pela abolição da escravidão, voltaram seus olhos para outras regiões escravistas do Atlântico, em especial o Brasil, que ainda mantinha o regime escravocrata. Nesse contexto, o Brasil torna-se objeto de investigação privilegiado para cientistas sociais que, orientados por teorias raciais e evolucionistas, utilizam o Brasil como laboratório para validar suas teses sobre hierarquias raciais e degeneração social.

³ Teodoro Sampaio (1855–1937), filho de uma mulher escravizada, construiu uma trajetória intelectual singular no Brasil oitocentista. Formado em engenharia, tornou-se um dos principais cientistas brasileiros do século XIX, destacando-se como geógrafo e cartógrafo. Suas expedições pioneiras pelos sertões da Bahia resultaram em estudos fundamentais sobre a geografia e hidrografia do país. Sampaio deixou um legado científico inestimável. Ver: Albuquerque, W. (2019). Teodoro Sampaio, "eminência parda" e a "cor não luzidia": Negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. In G. dos R. Sampaio, I. Stolze Lima, & M. Balaban (Orgs.), *Marcadores da diferença: Raça e racismo na história do Brasil* (pp. 125–154). EDUFBA e Lima, A. do R. (1981). *Teodoro Sampaio: Sua vida e sua obra* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia). https://ppgh.ufba.br/pt-br/teses-dissertacoes?title=&field_autor_a_value=&field_ano_de_publicacao_value=&field_modalidade_objetos_value=All&page=6

Luciana Brito evidencia, com rigor, como esses discursos foram alimentados por fontes científicas, religiosas e diplomáticas, e como os Estados Unidos, enquanto se refaziam como uma república “regenerada” da escravidão, projetavam sobre o Brasil uma espécie de “prolongamento da missão civilizatória”. É especialmente significativo como a autora demonstra que, mesmo entre os abolicionistas mais progressistas, havia limites raciais e civilizatórios que colocavam o Brasil e seus habitantes mestiços e africanos como inferiores.

A pesquisa nos convida a entender que o imaginário racial sobre o Brasil não foi apenas uma construção interna, mas teve dimensões transnacionais, atravessadas por olhares externos profundamente marcados pelas hierarquias raciais globais. Ao enfatizar o contexto do pós-Guerra Civil, ela amplia nosso entendimento das conexões entre as histórias do Brasil e dos Estados Unidos, especialmente no que tange à persistência de estruturas de dominação racial mesmo em tempos de suposta liberdade.

No quarto e último capítulo, Brito investiga um fenômeno pouco discutido nos guias tradicionais de história: a migração de confederados dos Estados Unidos para o Brasil após a derrota do Sul na Guerra Civil.⁴ Esses homens e mulheres, ligados à aristocracia agrária escravocrata, buscavam um lugar onde pudessem reconstruir o modo de vida perdido e encontraram no Brasil uma terra que, à primeira vista, parecia acolher seus valores.

Neste capítulo, Brito examina o impacto do fim da Guerra Civil e nas elaborações de projetos raciais dos confederados que decidiram imigrar para o Brasil. Além de demonstrar o medo que se instaurou entre a elite branca sulista com o que chamariam de “despotismo africano”, ou seja, o medo psicológico e político de que os afro-estadunidenses emancipados pudessem ascender socialmente e, conseqüentemente, adquirir poder político suficiente para subverter a hierarquia racial que havia legitimado e sustentado o sistema escravista.

Esse medo foi amplamente difundido e levou a elite branca do Sul a enxergar a nova configuração racial dos Estados Unidos como uma ameaça a “civilização branca”. Diversos homens e mulheres, insatisfeitos com o fim da escravidão e com as políticas de Reconstrução,⁵ escolheram deixar os Estados Unidos e procurar abrigo em países que

⁴ Ver: Oliveira, B. A. (1981). *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro, 1865–1890: Uma contribuição para a história da imigração norte-americana no Brasil*. Edição da autora.

⁵ A Reconstrução (1865-1877) constituiu um momento decisivo na história estadunidense, caracterizado pela tentativa de refundar a nação após a Guerra Civil e a abolição da escravidão. Durante esse período, o governo federal empreendeu esforços significativos para integrar os ex-escravizados à sociedade americana, promulgando as Emendas Constitucionais 13ª, 14ª e 15ª, que extinguiram a escravidão, estabeleceram a cidadania plena e a igualdade legal, assegurando o direito ao voto aos homens negros.



ainda preservavam o sistema escravocrata, principalmente o Brasil. A autora demonstra que, mais do que uma simples mudança de país, a emigração confederada foi um projeto de deslocamento de uma ordem racial escravocrata para outro território ainda escravocrata: o Brasil imperial. Entre 1865 e o início da década de 1870, algumas dezenas de ex-confederados migraram para regiões como Santa Bárbara d'Oeste e Americana, no interior paulista,⁶ buscavam, acima de tudo, manter um modo de vida baseado na supremacia branca, com a continuidade da escravidão.

Além disso, explora também os debates acirrados que se seguiram à abolição nos Estados Unidos: de um lado, a tentativa do governo federal (sob a Reconstrução) de ampliar os direitos civis dos negros; de outro, a resistência violenta dos brancos sulistas que viam nas novas leis e na possibilidade de participação negra na política uma inversão da "ordem natural". É nesse contexto que grupos supremacistas brancos criaram a construção imaginária do "negro ameaçador", usado retoricamente pelos opositores da Reconstrução para justificar políticas de contenção e violência que posteriormente se cristalizariam no sistema Jim Crow de segregação racial.⁷ Para alguns confederados, no entanto, a solução foi mais drástica: a fuga para países como o Brasil, onde a hierarquia racial permanecia inalterada e a escravidão ainda persistia.

O Brasil ainda com um sistema escravocrata em vigor, era retratado entre os confederados como uma "nova Canaã", uma terra onde ainda se podia "possuir e chicotear escravos", nas palavras de um sulista relatadas por um viajante abolicionista identificado como Achilles.⁸ Essa idealização do Brasil ignorava aspectos da sociedade brasileira, a exemplo da mobilidade de libertos. Ademais, a experiência concreta desses confederados no Brasil, mostra que, embora alguns tenham se adaptado bem, muitos se decepcionaram

Simultaneamente, foram criadas instituições educacionais e mecanismos de participação política destinados à população afro-americana. Contudo, esse projeto reformista enfrentou feroz oposição das oligarquias sulistas, que mobilizaram a violência racial sistemática e organizações supremacistas brancas para minar as transformações em curso. O compromisso político de 1877 selou o abandono da Reconstrução, permitindo a emergência de um sistema de segregação e opressão racial que perduraria por décadas, demonstrando os limites da transformação social em uma sociedade profundamente marcada pela herança escravista. Ver: Foner, E. (1988). *Reconstruction: America's unfinished revolution, 1863–1877*. Harper & Row; Du Bois, W. E. B. (1998). *Black reconstruction in America, 1860–1880*. Free Press. (Original work published 1935); Benedict, M. L. (1980). Southern Democrats in the crisis of 1876–1877: A reconsideration of reunion and reaction. *The Journal of Southern History*, 46(4), 489–524. <https://www.jstor.org/stable/2207200>

⁶ Silva, C. A. A. (2007). *Quando mundos colidem: A imigração confederada para o Brasil (1865–1932)* (Dissertação de mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas).

⁷ Ver: Brito, L. da C. (2019). "Mr. Perpetual Motion" enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. *Estudos Históricos*, 32(66), 181–200. <https://www.scielo.br/j/eh/a/gJF7wtzzwWHLtj7nRtLp7q/>

⁸ Brito, L. da C. (2023). O avesso da raça: Escravidão, racismo e abolicionismo entre os Estados Unidos e o Brasil. In *O avesso da raça: Escravidão, racismo e abolicionismo entre os Estados Unidos e o Brasil* (Introdução: Em busca de uma nova Canaã, pp. 9–14). Bazar do Tempo.



com o que encontraram. A miscigenação, o catolicismo e a dificuldade de reerguer plantações com base em mão de obra escravizada foram desafios que tensionaram a tentativa de implantar uma “mini-Louisiana” em solo brasileiro.

Foi possível também identificar na obra um diálogo implícito com os estudos pós-coloniais, particularmente com a crítica de Edward Said ao orientalismo.⁹ A abordagem vai além, contudo, ao mostrar que não se trata de uma relação colonizador-colonizado, mas de dois países periféricos construindo suas identidades nacionais através do espelhamento mútuo. Algo semelhante ao que Benedict Anderson propôs sobre comunidades imaginadas, mas aplicado especificamente às hierarquias raciais.¹⁰

Talvez o aspecto mais instigante da pesquisa seja a demonstração de como abolicionistas afro-estadunidenses, figuras como Frederick Douglass e William Wells Brown, utilizaram estrategicamente o exemplo brasileiro em seus argumentos políticos. A documentação de fontes primárias revela que não se tratava de ingenuidade ou desconhecimento da realidade escravista brasileira, mas de cálculo retórico sofisticado. Como entender essa escolha diante da brutalidade conhecida da escravidão no Brasil? A resposta que emerge da pesquisa é reveladora: esses intelectuais sabiam que a imagem de um Brasil “menos racista”, mesmo que parcialmente fictícia, poderia ser ferramenta poderosa contra a segregação do *Jim Crow*.

Os abolicionistas negros estudados por Brito não aparecem como vítimas passivas de ideologias racistas, mas como intelectuais públicos atuando sob severas limitações sistêmicas, porém com notável capacidade de agência discursiva. A leitura suscita algumas inquietações produtivas. Brito demonstra convincentemente como a “democracia racial” brasileira e a “supremacia branca” estadunidense se constituíram através de influências mútuas. Resta questionar, como essas circulações discursivas se traduziram em políticas concretas? A ponte entre representações e materialidades da opressão racial por vezes fica subentendida

O estudo chega num momento político crucial para debates sobre racismo estrutural, reparações históricas e políticas de memória. A obra oferece subsídios históricos importantes ao demonstrar que mitos nacionais sobre relações raciais foram construídos em diálogo e não isoladamente. Fica uma curiosidade sobre as conexões com o presente, de que forma os padrões de representação mútua do século XIX ecoam nas relações

⁹ Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.

¹⁰ Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.



contemporâneas? Os movimentos pelos direitos civis, as políticas de ações afirmativas e as circulações intelectuais atuais entre os dois países sugerem continuidades que abrem caminho para pesquisas complementares.

Em suma, *O Averso da Raça* se destaca como contribuição relevante aos estudos sobre relações raciais nas Américas, articulando-se bem com a historiografia recente e propondo caminhos analíticos úteis para pensar a constituição transnacional de hierarquias raciais. Pesquisadores do abolicionismo ou da história das Américas encontrarão na obra elementos de interesse, enquanto um público acadêmico mais amplo, curioso sobre as origens históricas do racismo contemporâneo, pode se beneficiar de suas análises, embora o texto dialogue principalmente com debates historiográficos especializados. Ao demonstrar como os estudos históricos comparados podem ultrapassar seu âmbito acadêmico e iluminar questões sobre hierarquias que persistem nas sociedades americanas, Brito oferece uma perspectiva que torna a obra especialmente pertinente na atualidade.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, W. (2019). Teodoro Sampaio, "eminência parda" e a "cor não luzidia": Negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. In G. dos R. Sampaio, I. Stolze Lima, & M. Balaban (Orgs.), *Marcadores da diferença: Raça e racismo na história do Brasil* (pp. 125–154). EDUFBA.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras.
- Benedict, M. L. (1980). Southern Democrats in the crisis of 1876–1877: A reconsideration of reunion and reaction. *The Journal of Southern History*, 46(4), 489–524. <https://www.jstor.org/stable/2207200>
- Brito, L. da C. (2016). O crime da miscigenação: A mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. *Revista Brasileira de História*, 36(72), 95–120. <https://www.scielo.br/j/rbh/a/pxVhvBvDnJ3ZM8vG6zjVvZN/?lang=pt>
- Brito, L. da C. (2019). "Mr. Perpetual Motion" enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. *Estudos Históricos*, 32(66), 181–200. <https://www.scielo.br/j/eh/a/gJF7wtzzzwWHLtj7nRtLp7q/>
- Brito, L. da C. (2023). *O avesso da raça: Escravidão, racismo e abolicionismo entre os Estados Unidos e o Brasil*. Bazar do Tempo.



- Du Bois, W. E. B. (1998). *Black reconstruction in America, 1860–1880*. Free Press. (Original work published 1935)
- Foner, E. (1988). *Reconstruction: America's unfinished revolution, 1863–1877*. Harper & Row.
- Lima, A. do R. (1981). *Teodoro Sampaio: Sua vida e sua obra* (Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia). https://ppgh.ufba.br/pt-br/teses-dissertacoes?title=&field_autor_a_value=&field_ano_de_publicacao_value=&field_modalidade_objetos_value=All&page=6
- Oliveira, B. A. (1981). *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro, 1865–1890: Uma contribuição para a história da imigração norte-americana no Brasil*. Edição da autora.
- Said, E. W. (2007). *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Silva, C. A. A. (2007). *Quando mundos colidem: A imigração confederada para o Brasil (1865–1932)* (Dissertação de mestrado, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas).

NOTAS

AUTORIA

Camila Sena da Luz: Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, graduada em História pela mesma Instituição, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Cachoeira, BA, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Travessa Padre Pedro Ribeiro, n 80, CEP 44350-000, Governador Mangabeira – BA, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

O artigo é produto das pesquisas desenvolvidas durante o mestrado graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica

Concepção e elaboração do manuscrito: Camila Sena da Luz

Coleta de dados: Camila Sena da Luz

Análise de dados: Camila Sena da Luz

Discussão dos resultados: Camila Sena da Luz

Revisão e aprovação: Camila Sena da Luz

FINANCIAMENTO

Não se aplica.



CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

© Camila Sena da Luz. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Busko Valim, Alexandre Karsburg, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 16 de agosto de 2025

Aprovado em: 27 de março de 2026

Como citar: Luz, C. S. da. (2026). O Outro da Liberdade: entre o mito do Brasil cordial e o medo do despotismo africano. *Esboços: Histórias Em Contextos Globais*, 33, 1–10. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2026.e108387>

